



A Pesquisa Participante: Suas Contribuições no Âmbito das Ciências Sociais

Lindamar Alves Faermam¹

Resumo

O presente artigo versa sobre a contribuição da pesquisa participante no processo de produção de conhecimentos no âmbito das Ciências Sociais. Tal modalidade de pesquisa constitui-se numa proposta metodológica fecunda para conhecer e intervir na realidade social, sendo concebida como instrumento potencializador de conhecimentos e de saberes direcionados aos setores populares e grupos marginalizados. Para a construção deste artigo, foram utilizados estudos bibliográficos mediante uma breve revisão de literatura. O texto está organizado em duas partes. Na primeira parte, apresenta-se um panorama geral sobre a pesquisa participante, demarcando sua gênese na Europa e na América Latina, evidenciando sua entrada no Brasil a partir, sobretudo, das contribuições de Paulo Freire (1921-1997). Na segunda parte, concentra-se a discussão no conjunto de pressupostos e indicativos para o seu desenvolvimento e operacionalização.

Palavras-chave: Pesquisa Participante. Processo de Construção do Conhecimento. Ciências Sociais.

¹ Assistente social, doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Endereço: Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes - São Paulo - SP - Brasil - CEP 05014-901. E-mail: lindafaermann@yahoo.com.br.

Submissão: 19/06/2014 • Aceite: 25/06/2014

The Research Participant: His Contributions within the Framework of Social Sciences

Abstract

This article deals with the contribution of the participant research in the knowledge production process within the social sciences. This research mode constitutes a fruitful methodological proposal to understand and intervene in social reality, being conceived as a catalyzing instrument of knowledge and subjects targeted to the popular sectors and marginalized groups. For the construction of this article, bibliographic studies were utilized through a brief review of the literature. The text is organized into two parts. The first part presents an overview of the participant research, highlighting its genesis in Europe and Latin America, evidencing its entry into Brazil from, in particular, the contributions of Paulo Freire (1921-1997). The second part focuses the discussion on a set of assumptions and indications for its operationalization and development.

Keywords: Participant Research. Knowledge Construction Process. Social Sciences.

Introdução

Conforme evidencia Demo (2008), é na década de 1960 que se propaga o interesse em torno da pesquisa participante em várias regiões do mundo, destacando-se grupos latino-americanos, asiáticos e africanos. No Brasil, a atenção a essa modalidade de pesquisa ocorre a partir dos anos 70.

A partir de então, muitas pesquisas foram (e vêm sendo) construídas com base em suas premissas, isto é, com vistas à produção de conhecimentos críticos e politicamente engajados, tendo como eixo central as contradições existentes na sociedade capitalista, evidenciando as condições de vida e de opressão dos sujeitos, tornando conhecidas suas histórias e suas experiências.

O modo, portanto, como essas pesquisas vêm sendo planejadas e construídas diferem-se. Porque há uma diversidade de instrumentos e de

técnicas que possibilitam ao profissional ou pesquisador operar a coleta de informações e de dados e, conseqüentemente, aprofundar-se na realidade investigada ou, nas palavras de Netto (2009), “apoderar-se da matéria” que se busca conhecer.

A definição pela ferramenta mais apropriada no processo investigativo dependerá do objeto e dos objetivos da pesquisa em foco. Se pensarmos na utilização dessas ferramentas no circuito da pesquisa qualitativa, pode-se afirmar que todas trazem à tona elementos que escapam à clássica objetividade científica. Não que a subjetividade, o simbolismo e os significados contidos nesses elementos não tenham materialidade concreta, é que a sua natureza é diferente. Nesse caso, os dados se apresentam aos sentidos e esses são revelados pelos sujeitos (MINAYO, 1993).

No entanto, apesar dessa variedade de ferramentas, para proceder à coleta de informações cada qual guarda em si particularidades. A entrevista, a observação, o grupo focal, a história de vida ou a história oral, a sociometria, a pesquisa participante, entre outras, são formas de aproximar o pesquisador do fenômeno a ser investigado e igualmente de construir o conhecimento acerca desse fenômeno.

Também é possível afirmar que tais ferramentas reclamam necessariamente à participação dos sujeitos pesquisados no processo de investigação, mas novamente de modo particular. Entre elas, a pesquisa participante é, sem sombra de dúvida, a que mais requer esse envolvimento.

De acordo com Silva (1986), a origem da pesquisa participante está atrelada ao surgimento de novos estilos de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais na década de 1960, período em que a tese de uma ciência única e invariável vinha sendo questionada.

Para a autora, a pesquisa participante surge em oposição ao tradicional postulado das Ciências Sociais, organizado em torno do positivismo, no qual se propõe um conhecimento neutro, objetivo, livre de juízos de valores e de implicações sociopolíticas, pautado no distanciamento entre sujeito-objeto.

Contrariando esse postulado, apresenta outro modo de conceber e produzir o conhecimento que, ao divergir da abordagem quantitativa de corte positivista, preconiza que as Ciências Sociais são determinadas pelas posições político-ideológicas de seus agentes, pela história e pela cultura. E, sendo assim, não poder ser “pura, autônoma ou neutra, pois é seriamente marcada pela sociedade e, como tal, reflete e expressa inevitavelmente as suas características e reflete suas contradições...” (SILVA, 1986, p. 19).

Se para o positivismo de Augusto Comte e Emile Durkheim² o único modo científico de conhecer a realidade social é a observação dos dados, das propriedades exteriores e evidenciadas nos fatos, para a pesquisa participante, que em essência é um instrumento de investigação qualitativa, não!

[...] a abordagem positivista limita-se a observar os fenômenos e fixar as ligações de regularidade que possam existir entre eles, renunciando a descobrir as causas e contentando-se em estabelecer as leis que os regem. A lógica que preside esta linha de atividade é de caráter comparativo e exterior aos sujeitos. O positivismo não nega os significados, mas recusa-se a trabalhar com eles, tratando-os como uma realidade incapaz de se abordar cientificamente. (MINAYO, 1993, p. 244)

Por isso mesmo, a pesquisa participante não se coaduna com as determinações de cientificidade fixadas pelo positivismo, pois ancorada na abordagem qualitativa, direciona-se para a realidade social dos sujeitos, suas experiências, sua cultura e seus modos de vida. Logo, prevê uma aproximação horizontal entre sujeito e objeto, tendo em vista que ambos são da mesma natureza. Nesse caso, a produção do conhecimento na pesquisa participante não se faz de modo isolado do sujeito, mas em presença e implica num compromisso efetivo com suas vivências e necessidades sociais cotidianas.

² Segundo Michael Löwy (2003), o surgimento do positivismo tem como precursores os filósofos Condorcet (1743-1794), Saint-Simon (1760-1825) e, posteriormente, Augusto Comte (1798-1857) e Emile Durkheim (1858-1917). São esses dois últimos que conferem ao positivismo uma nova direção. Para o autor, foi Comte que formulou o positivismo em uma ideologia conservadora, e Durkheim que a transformou em uma ciência social universal, acadêmica e burguesa.

Daí a afirmação de Demo (2008), de que a pesquisa participante surge e se mantém sob o signo da decepção em relação à pesquisa tradicional, ou seja, à pesquisa que requer a mera produção de descrições estatísticas, que se assenta no distanciamento intencional entre sujeito-objeto, dado que, ao buscar isenção ideológica, veda o acesso dos sujeitos pesquisados ao processo de produção e apropriação do conhecimento, valendo-se de instrumentos arbitrários que extraem informações de sujeitos isolados e os constroem à seleção de respostas.

É, portanto, para essas reflexões que este artigo chama a atenção, pois conhecer a proposta da pesquisa participante através de um estudo criterioso instiga-nos a uma análise sobre o seu uso no âmbito das Ciências Sociais. Tal análise foi estimulada, a partir de aproximações e contatos como pesquisadora e docente, com trabalhos de alunos e de profissionais que fazem uso dessa modalidade, nos quais se observa que nem sempre foram e/ou são construídos de acordo com sua natureza, características e indicativos.

Por outro lado, reconhece-se sob a luz desse estudo mais acurado a sua pertinência nas Ciências Sociais, tendo em vista que a produção do conhecimento nesse campo orienta-se por uma direção social contra-hegemônica, implicando num compromisso histórico com as demandas de grupos e comunidades populares.

Nesse sentido, defende-se a ideia de que a pesquisa participante comporta uma dimensão ontológica crítica no processo de produção de conhecimento, na medida em que busca denunciar e anunciar as contradições existentes na sociedade capitalista, as suas formas históricas de desigualdade social, tornando conhecida a versão dos sujeitos comuns e abrindo espaço para que estes participem dessa produção, valendo-se do direito que têm sobre ela para fortalecer as suas demandas, reivindicações e cultura. A esse respeito, destaca Demo que a:

Pesquisa Participante produz conhecimento politicamente engajado. Não despreza a metodologia científica em

nenhum momento no sentido dos rigores metódicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados. (DEMO, 2008, p. 8)

Para a construção deste artigo, foram utilizados estudos bibliográficos mediante uma breve revisão de literatura, no intuito de apresentar um quadro de referências acerca da metodologia da pesquisa participante. O cotejo com tais autores e suas produções permitiu uma análise acurada na construção e reconstrução das reflexões e ideias propostas.

Na sua composição, apresentam-se inicialmente um panorama geral sobre esta modalidade de pesquisa, demarcando sua gênese na Europa e na América Latina, evidenciando sua entrada no Brasil a partir, sobretudo, das contribuições de Paulo Freire (1921-1997). Posteriormente, concentra-se a discussão no conjunto de pressupostos e indicativos para o seu desenvolvimento e operacionalização no âmbito das Ciências Sociais, no intuito de problematizar se tal modalidade, independente das suas formas (*pesquisa ação, pesquisa popular, enquete-participação, pesquisa ativa, entre outras*), tem sido empregada a partir dos seus princípios fundamentais, convergindo com a sua natureza.

Um panorama sobre a pesquisa participante

Um passeio pela literatura mostra que não há como precisar a data de origem da pesquisa participante, pois várias foram as contribuições históricas ao seu desenvolvimento. Contudo, há uma convergência entre os autores estudados, afirmando que na década de 1960, na Europa e na América Latina, ocorreram os primeiros sinais de alerta para a necessidade no campo das Ciências Sociais de envolvimento efetivo dos sujeitos no processo de pesquisa.

³ Apesar da existência de algumas particularidades nas modalidades citadas, para Thiollent (1984), todas apresentam como exigência a participação dos sujeitos nos processo de pesquisa.

Revisitando suas origens, Thiollent (1984) ressalta sua vinculação com a psicossociologia americana na década de 1940, sublinhando que, nesse contexto, a pesquisa participante encontrava-se marcada por traços pragmáticos e conformistas, voltada principalmente para a resolução de problemas no campo social.

A utilização da pesquisa participante numa perspectiva crítica tem, na década de 1960, as suas primeiras expressões, através de seu uso para dar suporte às reivindicações de Maio de 1968, na França, envolvendo estudantes e trabalhadores.

Para Thiollent (1984), a pesquisa participante com teor crítico surge em oposição à pesquisa convencional, sustentada historicamente em princípios fundamentados no positivismo sociológico. Na abordagem positivista, a sociedade regula-se por leis naturais, invariáveis e independentes da ação humana, e nela reina uma harmonia semelhante à da natureza, ou seja, uma harmonia natural. Por isso, a sua metodologia no campo das Ciências Sociais deve ser idêntica à metodologia utilizada nas Ciências Naturais. O que as distingue é apenas o objeto de estudo. Falas do positivismo!

Ao buscar a origem da pesquisa participante, Brandão (1987) sustenta sua análise a partir de duas vertentes: Bronisław Kasper Malinowski (1884-1942), antropólogo polaco, fundador da escola funcionalista, e Karl Heinrich Marx (1818-1883), intelectual e revolucionário alemão. Segundo o autor, foi Malinowski que instituiu a observação participante na pesquisa como elemento inerente a essa proposta. A afirmação de Brandão pauta-se nos registros contidos no diário de campo do antropólogo, que escreveu que seu método de trabalho pressupunha a convivência com os nativos e a proximidade com seus estilos de vida.

Ao referir-se à vinculação de Marx com a pesquisa participante, Brandão (1987) ressalta que é com ele que se inicia a participação direta dos

sujeitos na pesquisa. Em 1880, a pedido da *Revue Socialiste*, na França, Marx organiza uma enquete, por meio de um questionário contendo 101 perguntas, para levantar e analisar as condições de trabalho dos operários e para impulsioná-los a refletir sobre suas condições. A proposta era a de que esse questionário fosse aplicado por todos os sindicatos da Europa e o seu resultado servisse de base à ação do movimento operário internacional.

Essa forma de pesquisa utilizada por Marx referenda sua preocupação por uma investigação sociopolítica com vistas ao envolvimento do operariado em uma análise crítica de suas condições de classe. Para Silva (1986), a enquete operária elaborada por Marx:

[...] representa o primeiro exemplo histórico de uma pesquisa não encomendada pelos donos do poder, permitindo que o investigador se associe ao grupo investigado, garantindo sua inserção na rede de comunicação informal ligada ao movimento operário para analisar a situação objetiva e subjetiva do operário na fábrica, visando o autoconhecimento através de uma problemática explícita que desvela a dimensão política da investigação. (SILVA, 1986, p. 21)

Alguns autores, como Demo (2008), Méksenas (2007), Brandão (1987) e Silva (1986), assinalam que, na América Latina, a pesquisa participante desenvolveu-se inicialmente no âmbito educacional e que, no Brasil, o educador Paulo Freire (1921-1997) foi o precursor desse processo. Seu desenvolvimento foi ativado com o florescimento das comunidades eclesiais de base, com o movimento sindical, com o surgimento de novos partidos políticos de oposição e com os movimentos sociais ocorridos a partir da década de 1970, culminando com o processo de redemocratização no país. Assim, salienta Demo:

A atenção para a PP no Brasil coincidiu com a abertura democrática e teve, sem dúvida, o gosto amargo da recuperação do tempo perdido com a ditadura militar em

⁴ Tratam-se de publicações escritas na França entre 1879-1882 de iniciativa de grupos políticos.

termos de cidadania popular. Como de praxe, a preocupação desenvolve-se no âmbito da educação, mas é comum às ciências sociais. A uma educação fortemente reprodutivista, por vezes ostensivamente doutrinadora, cujo protótipo era a “moral e cívica”, pretendia-se contrapor outra comprometida com os oprimidos, cujo patrono obviamente era Paulo Freire. (DEMO, 2008, p. 10)

Para Méksenas (2007), Paulo Freire tem papel fundamental na formulação das condições teóricas da pesquisa participante e, simultaneamente, na América Latina, do sociológico colombiano Orlado Fals Borda (1925-2008). Diz o autor que é Paulo Freire que introduz a ideia de que a pesquisa deve servir aos sujeitos envolvidos, propondo com isso o estabelecimento de uma relação de horizontalidade. A esse respeito, argumenta que:

Abordar a contribuição da teoria de Paulo Freire na questão das metodologias da pesquisa empírica implica em refletir acerca da relação que se estabelece entre sujeito e o objeto de pesquisa, superando a noção comum do sujeito-que-pesquisa atuando sobre os sujeitos que-são-pesquisados, de modo unilateral e vertical. (MÉKSENAS, 2007, p. 02)

Méksenas completa essa ideia afirmando que a proposição “sobre” nessa relação indica, entre outras determinações:

[...] uma posição de privilégio de um substantivo por outro, desse modo, poderíamos afirmar uma falsa superioridade do pesquisador que, atuando acima (distante dos outros); por cima (com superioridade frente aos outros); em cima (abafando os outros), enfim, sobre os sujeitos-pesquisados, revelaria uma posição de subalternidade destes últimos ao primeiro, prestando-se assim, mais às relações de dominação que à prática do conhecimento. (MÉKSENAS, 2007, p. 2)

Conforme o autor, a pesquisa participante requer uma opção relacionada à cumplicidade entre pesquisador e sujeito pesquisado; para realizá-la, é necessário ter como ponto de partida a clareza de que os sujeitos

podem efetivamente ser parceiros, contribuindo para a construção do conhecimento no espaço da pesquisa. Essa opção contrapõe-se à ideia de que os sujeitos são meros informantes, cuja participação se reduz à tão somente transmissão de informações.

Nessa relação, chama a atenção o fato de que os sujeitos envolvidos – pesquisador e sujeito pesquisado – são diferentes porque procedem de lugares e contextos sociais diversos, carregam saberes distintos e nem sempre vivem ou viveram experiências comuns, exercendo ambos papéis diferenciados nesse processo. No entanto, isso não significa que o sujeito que pesquisa seja superior ao pesquisado, pois para além do processo de coleta de informações, a relação estabelecida se torna um ato educativo de duas vias: ao mesmo tempo em que o sujeito pesquisado traz suas respostas às questões da pesquisa, emite sua opinião, seus saberes, seus valores e suas crenças, apreende o que lhe traz o pesquisador, que não apenas indaga, mas expressa também conhecimentos sobre a questão pesquisada.

Conjunto de pressupostos e indicativos para o uso da pesquisa participante no âmbito das Ciências Sociais

A ideia de que o conhecimento se constrói no coletivo remete-nos à sua própria natureza, enquanto incorporação de elementos produzidos, superação destes e criação de novos. Aceitar essa concepção supõe entender que o conhecimento é um produto histórico e plural, que se origina da experiência e se forja nas relações entre os homens e a natureza; premissa essa da pesquisa participante.

O conhecimento, lembra-nos Severino (1995, p. 50), “pressupõe um solo de relações sociais, não apenas como referência circunstancial, mas como matriz, como placenta que nutre todo o seu processamento”. Nesse sentido, a evidência do conhecimento como ato plural, construído coletivamente pelos homens, afasta-nos do comportamento burguês solipsista, no qual o pesquisador se enxerga como eremita do processo,

senhor exclusivo de suas realizações, enclausurado numa prática particular e monódica.

Porém, essa não se trata de uma concepção admitida universalmente, nem mesmo de fácil aceitabilidade, porque a própria Universidade e seus interlocutores sofrem influência da herança positivista, além da ideia narcísica que perpassa certos espaços formativos de que o conhecimento é triunfo individual do pesquisador, sendo muitas vezes utilizado como instrumento de interesse profissional e propagado como mérito pessoal.

É certo que ainda não se conseguiu superar certos comportamentos próprios da sociabilidade burguesa. É válido refletir sobre a mensagem deixada pela escritora goiana Cora Coralina (1889-1995), contida em seu poema “Exaltação da Aninha (o professor)”, quando diz que “*feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina*”. É preciso ter coerência com nossos aprendizados, práticas e produções: labor cotidiano de todo profissional, intelectual e pesquisador.

Portanto, a opção por instrumentos de pesquisa no campo das Ciências Sociais que tem em seu âmago tal concepção de conhecimento reclama do pesquisador um modo particular de investigar. Por isso, afirma Brandão (1987), que o uso da pesquisa participante implica numa revisão do percurso metodológico, pois todo o processo se efetiva em conjunto com os sujeitos envolvidos. A formulação do problema, os objetivos, as possíveis hipóteses, a coleta e tratamento de dados devem ser discutidos e analisados em conjunto com o grupo. O papel do pesquisador refere-se basicamente a preservar o caráter científico da pesquisa, na análise sistemática e crítica da realidade.

Nessa proposta, os sujeitos são estimulados a participar da pesquisa como protagonistas, como agentes ativos, construindo o conhecimento e intervindo na realidade social. A pesquisa lhes permite fazer escolhas e lutar por seus interesses e necessidades cotidianas. Ao pesquisador que está fora do contexto investigado cabe identificar-se ideologicamente com os sujeitos,

com sua comunidade e demandas sociais, assumindo seu projeto político em direção às reais finalidades da pesquisa. Dessa feita:

A essência do nosso argumento é que a PP é uma tentativa de instituir alternativas ao paradigma dominante de pesquisa, bem como de providenciar acesso ao saber por parte dos marginalizados. É essa dupla ênfase na PP que a distingue de outras modas e a torna mais que um conjunto de novas técnicas. (TANDON, 1981, p. 21)

Nessa direção de análise, Richardson (2011) considera que a diferença fundamental entre a pesquisa tradicional e a participante é o controle sobre a produção e o uso do conhecimento. Na primeira, o pesquisador assume a responsabilidade de eleger o objeto de estudo, decidir a metodologia, coletar e analisar os dados e propagar seus resultados. Enquanto na segunda, o enfoque volta-se para a produção coletiva do conhecimento cujas bases orientarão a ação na realidade social. Nessa perspectiva, busca-se o rompimento do monopólio de saber e das informações, possibilitando que o conhecimento transforme-se em patrimônio dos grupos marginalizados. Desse modo, as questões de pesquisa, os ditos instigadores, roteiros ou formulários convertem-se em perguntas que conferem aos sujeitos “pensar, lembrar, relacionar fatos e conscientizar-se, mesmo que essa tomada de consciência seja algo provisório e a ser questionado no futuro” (MÉKSENAS, 2007, p. 2).

Ao discutir a processualidade das investigações realizadas por profissionais que utilizam metodologias que contemplam a participação dos sujeitos no processo da pesquisa, Baptista (2006) oferece alguns caminhos que se constituem em valiosos insumos para operar a pesquisa participante.

Segundo a autora, em virtude da dinâmica dessa modalidade de pesquisa, os profissionais adotam necessariamente uma abordagem coletiva e de processo. São abordagens caracterizadas:

[...] por um lado, por um engajamento pessoal e grupal em relação à questão pesquisada (a que os grupos

frequentemente denominam de “paixão”), aliado a uma deliberação racional de recomposição de saberes, de práticas, de realidades a serviço da construção de respostas a essa desafio (denominada ‘razão’); e, por outro lado, pela abertura permanente ao novo, considerando que cada ponto de chegada é ao mesmo tempo, um ponto de partida para o desvelamento de novos conhecimentos e novas práticas. (BAPTISTA, 2006, p. 56)

Esse processo é acompanhado por sucessivas aproximações ao objeto de estudo, ao desenvolvimento da pesquisa e da intervenção e tem como ponto de partida as angústias dos profissionais e dos grupos sociais envolvidos diretamente com as mais variadas expressões da questão social: pobreza, discriminação, violência, prostituição, abandono, drogas...

Desse modo, se a pesquisa precisa ser pensada a partir das necessidades dos grupos e setores populares, a primeira questão que se coloca é a necessidade de explorar na comunidade ou no espaço onde esses sujeitos encontram os problemas emergentes e os objetivos a serem alcançados. Identificar essas questões supõe esclarecer – junto aos sujeitos envolvidos na pesquisa – as suas múltiplas determinações. Trata-se de fundamentá-las teoricamente para a compreensão coletiva de suas causas, tendo em vista a construção de propostas para alcançar os objetivos e as mudanças desejadas. De maneira transparente e democrática, inicia-se a realização das ações com a efetiva participação dos sujeitos.

Nesse percurso, a primeira aproximação destacada pela autora é o planejamento da pesquisa, o qual implica caracterização dos problemas, definição dos objetivos, estruturação da equipe para a realização das ações e sistematização dos encontros/reuniões entre os integrantes, indicando o estabelecimento dos fluxos e dos procedimentos a serem adotados, tais como: o levantamento das metas a serem atingidas, as divisões de tarefas e a avaliação do processo tanto investigativo, quanto operativo.

Baptista (2006) ainda sinaliza que, como um processo racional, o planejamento organiza-se por operações complexas e interligadas, as quais se pautam na reflexão, decisão, operacionalização e retomada de reflexão. A

análise desse processo racional, segundo ela, leva a identificar a dimensão política do planejamento que, por sua vez, dará suporte ao trabalho desenvolvido.

As subseqüentes formas de aproximações ao objeto de estudo e o desenrolar da própria pesquisa são discutidos e problematizados nessas reuniões/encontros. São momentos que possibilitam a avaliação contínua da investigação, a discussão e a reflexão das dificuldades encontradas, bem como o apontamento das alternativas para enfrentá-las.

É comum nesse estágio do processo investigativo (e aqui se ressalta em qualquer abordagem que pressupõe o envolvimento dos sujeitos na pesquisa) o uso da técnica de "*brainstorming*", ou comumente denominada de tempestade de ideias. O "*brainstorming*" contribui para explorar a potencialidade, a criatividade e as habilidades dos integrantes do grupo em favor dos interesses coletivos. Nessa etapa da pesquisa são construídas reflexões, sistematizações e generalizações possíveis dos conhecimentos apreendidos nas aproximações realizadas em seu percurso.

Esses são, portanto, alguns dos pressupostos e indicativos para o uso da pesquisa participante – uma análise minuciosa dessa abordagem deve contemplar os textos mencionados neste artigo. A sua escolha e utilização reclama necessariamente do pesquisador que deve considerar a centralidade do sujeito e sua efetiva participação no processo de produção de conhecimento.

Considerações finais

Em texto clássico e didático, Löwy (2003) destaca que cabe à ciência revelar a realidade social àqueles que se encontram alijados de conhecimento. Com efeito, a produção de conhecimentos politicamente engajados com os setores e grupos populares pode efetivamente desencadear o avanço do processo de consciência dos sujeitos envolvidos nas investigações, dando suporte para a revitalização de uma consciência crítica e

de um discurso contra-ideológico. O conhecimento e a prática são elementos necessários para desocultar e transformar a realidade social. Considera-se que esse é um dos objetivos da pesquisa participante no âmbito das Ciências Sociais: *desmistificar a realidade e nela intervir*.

Nesse caminho, é vital esclarecer que a pesquisa participante possibilita e instrumentaliza o pesquisador e os sujeitos envolvidos para uma análise crítica e contundente da realidade social, para a objetivação de suas práticas, intenções e perspectivas ideológicas.

Foi com esse intento que a pesquisa participante surgiu, evidenciando que as opções político-ideológicas do pesquisador condicionavam não apenas à escolha do objeto, mas também à argumentação teórica, à metodologia desenvolvida e às respostas alcançadas.

A escolha pela pesquisa participante como instrumento metodológico no processo de investigação social exige do pesquisador estudo e apreensão dessa proposta, bem como coerência no seu uso. Conforme ressalta Demo (2008), apesar de ser mais comum do que se imagina, a pesquisa participante torna-se mais complexa quando tomada em sua dimensão completa – conhecimento e participação. Nesse sentido, alguns cuidados devem ser tomados pelo pesquisador para que a pesquisa participante seja utilizada, tendo por base sua natureza ontológica-crítica.

Ao contestar e negar o paradigma dominante da pesquisa tradicional-conservadora, a pesquisa participante propõe novas veredas metodológicas, possibilitando a democratização do saber, o acesso ao conhecimento e a construção de estratégias de ação por parte da população.

Com essas novas veredas, a população – que majoritariamente vem sendo excluída do processo de construção de conhecimento da realidade e de enfrentamento das dificuldades dela decorrentes – se vê fortalecida em suas necessidades, seu poder e em sua cultura. Portanto, a pesquisa participante diz respeito à outra concepção de pesquisa que, regulada por supostos epistemológicos críticos, contribui para conhecer e intervir na realidade social.

Referências

BATISTA, M. V. A investigação em Serviço Social. In: _____. **A pesquisa em ação da intervenção profissional**. São Paulo: Veras, 2006.

BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MÉKSENAS, P. Aspectos metodológicos da pesquisa empírica: a contribuição de Paulo Freire. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá – PR, ano VII, n. 78, nov. 2007. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/078/78Meksenas.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2014.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. **Curso de Especialização Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 668-700.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa participante e pesquisa ação: alternativas de pesquisa ou pesquisa alternativa, 2011. Disponível em <<http://jarry.sites.uol.com.br/pesquisaparticipdef.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

SEVERINO, A. J. O poder da verdade e a verdade do saber. In: MARTINELLI, M. L.; RODRIGUES, M. L.; MUCHAIL, S. T. (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 46-54.

SILVA, M. O. S. **Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1986.

TANDON. R. Participatory Research in the Empowerment of People. **Convergence**, v. 14, n. 3, p. 20-27, 1981.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.